



# PMSB

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
PARANAÍ - PR

# PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PARANAÍ - PR



PARANAÍ  
PARANÁ



Fundação  
FAFIPA

PLANO MUNICIPAL DE  
**SANEAMENTO**  
**BÁSICO**  
DE PARANAÍ - PR



# PMSB

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
PARANAÍ - PR



## ÁGUA



## DRENAGEM URBANA



## RESÍDUOS SÓLIDOS



## ESGOTAMENTO SANITÁRIO



**PARANAÍ**  
PARANÁ



Fundação  
**FAFIPA**

PLANO MUNICIPAL DE  
**SANEAMENTO**  
**BÁSICO**  
DE PARANAÍ - PR



# PMSB

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
PARANAÍ - PR

CONTRATANTE



ELABORAÇÃO E  
RESPONSABILIDADE



Fundação  
**FAFIPA**

PLANO MUNICIPAL DE  
**SANEAMENTO**  
**BÁSICO**  
DE PARANAÍ - PR



**PMSB**

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
PARANAÍ - PR

## **APRESENTAÇÃO DA EQUIPE**

### **COORDENAÇÃO GERAL:**

HELENA DE OLIVEIRA LEITE / Diretora Presidente da Fundação FAFIPA  
FABIO RIBEIRO DE PROENÇA / Gerente da Fundação FAFIPA

### **COORDENAÇÃO DO PMSB:**

DÉBORA FERNANDES DE PAIVA / Gestora Ambiental e Gestora de Projetos

### **EQUIPE TÉCNICA:**

ANA MARIA DOMINGOS AMANCIO / Bióloga  
Dr. ITALO OIKAWA / Economista  
Me. ITAMAR SATELES DE SÁ / Geógrafo  
Me. LARISSA RODRIGUES TURINI / Engenheira Sanitarista e Ambiental  
NATAN DE OLIVEIRA H. DA SILVA / Gestor Ambiental  
Me. RENAN GOLÇALVES DA SILVA / Engenheiro Ambiental  
THIAGO NEVES DUARTE / Gestor Ambiental



## SUMÁRIO

<b>PRODUTO 01 – PLANO DE TRABALHO AJUSTADO .....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DO OBJETO.....</b>	<b>7</b>
<b>3. PRINCÍPIOS LEGAIS .....</b>	<b>10</b>
3.1 Princípios Constitucionais .....	10
3.2 Princípios da Política Urbana .....	11
3.3 Princípios do Marco Legal do Saneamento Básico .....	11
3.4 Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos .....	12
3.5 Princípios da Política Nacional dos Recursos Hídricos .....	13
3.6 Conteúdo Mínimo do Plano de Saneamento Básico .....	13
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
4.1 Mobilização Social.....	21
4.2 Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico .....	22
4.3 Prognóstico, Objetivos e Metas.....	24
4.4 Programas, Projetos e Ações;.....	29
4.5 Monitoramento e Avaliação .....	30
4.6 Consolidação dos Produtos do PMSB e Minuta de Projeto de Lei.....	31
<b>5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES .....</b>	<b>33</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>7. EQUIPE TÉCNICA.....</b>	<b>36</b>



<b>PRODUTO 02 - RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>39</b>
2.1. Objetivo Geral .....	39
2.2. Objetivos Específicos .....	40
<b>3. NOMEAÇÃO DOS COMITÊS.....</b>	<b>40</b>
3.1. Comitê Executivo .....	41
3.2. Comitê de Coordenação .....	42
<b>4. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
4.1. Identidade Visual do Plano.....	43
4.2. Capacitação dos Comitês.....	47
4.3. Audiências Públicas .....	47
4.4. Consulta Pública .....	48
4.5. Oficinas com Comitês .....	45
4.6. Eventos Setoriais .....	49
4.7. Mecanismos de Divulgação e Comunicação Permanente .....	50
4.8. Canais de Divulgação .....	50
4.9. Canais de Comunicação .....	50
4.10. Material de Apoio .....	51
4.11. Cronograma .....	51
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>53</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Descrição do Projeto .....	8
<b>Figura 2:</b> Fluxograma para elaboração do PMSB de Paranaíba .....	20
<b>Figura 3</b> Identidade Visual .....	44
<b>Figura 4:</b> Formas Utilizadas.....	45
<b>Figura 5:</b> Disposição dos Elementos .....	46
<b>Figura 6:</b> Tipografia da Logo .....	46
<b>Figura 7:</b> Demais Documentos com Identidade Visual.....	47

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Cronograma dos Produtos .....	15
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Meios Oficiais de Divulgação.....</b>	<b>50</b>
<b>Quadro 2: Cronograma.....</b>	<b>51</b>



## PRODUTO 01 – PLANO DE TRABALHO AJUSTADO

### 1. INTRODUÇÃO

O PMSB é o principal instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico. De acordo com o art. 23, do Decreto nº 7.217/2010, essa Política deve organizar o saneamento básico no município, considerando as funções de gestão, desde o planejamento até a prestação dos serviços, que devem ser submetidas à regulação, fiscalização e ao controle social. Formulando a Política Municipal de Saneamento Básico Municipal, apoiada na participação da população, remetendo ao disposto no Estatuto da Cidade (LEI nº 10.257/2001).

O Município de Paranavaí, por meio do Processo de Dispensa de Licitação nº 38/2021, que resultou no Contrato de Prestação de Serviços nº 57/2021, de contratação da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico- PMSB, buscou a composição de equipe multidisciplinar competente para o desenvolvimento do Plano. Os trabalhos foram iniciados em 1º de setembro de 2021, data da assinatura do presente contrato, e este Plano de Trabalho trata-se do primeiro Produto a ser entregue.

Neste Plano de Trabalho, será apresentado como se dará o desenvolvimento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, ou seja, a exposição de forma mais detalhada das metodologias que serão empregadas e os prazos a serem cumpridos.

Todo o trabalho que for desenvolvido será norteado pela Lei Federal nº 11.445, de 2007, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico (LNSB). Sendo orientado, também, pelo Decreto Federal nº 7.217, de 2010, que regulamenta a referida Lei, bem como pelo Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 2001), que define o acesso aos serviços de saneamento básico como um dos componentes do direito à cidade.

O PMSB pode ser definido como uma ferramenta de gestão dos serviços de saneamento básico, sendo condição para a validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, conforme previsto no



art. 11, inciso I, da LNSB. Ademais, o Decreto Federal nº. 7217, de 2010, em seu artigo 26, § 2º (alterado pelo Decreto Federal nº 8.629, de 2015), vincula a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, segundo os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 11.445, de 2007, como condição de acesso, após 31 de dezembro de 2017, a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

Com o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, instituído por meio da Lei Federal nº 14.026/2020, o Município de Paranavaí vislumbrou a necessidade de revisão dos serviços de saneamento básico, dessa forma, vem se preparando para assumir a administração do saneamento básico, uma vez que o contrato de concessão do serviço de prestação de tratamento de água e esgoto do município, firmado com a Sanepar em 12/04/1972, venceu em 21/12/2018, estando até o presente momento sem novo contrato de prestação de serviços de saneamento.

O PMSB realizará o diagnóstico de todo o processo de prestação dos serviços de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos. Em sequência, apresentará um prognóstico com objetivos e metas para melhor gestão dos sistemas. Em suma, o Plano de Saneamento será o instrumento que norteará o processo de transferência de gestão da Sanepar para o Município de Paranavaí.

Frente ao exposto, fica evidente a importância da elaboração do PMSB e, ressaltamos, ainda, que é através dele que será garantida a participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade acesso às informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação das políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

## **2. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

O objeto do presente Plano de Trabalho consiste na “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico” do Município de Paranavaí – PR. Sendo o PMSB o estudo técnico que avalia o sistema de saneamento atual e realiza a definição de



metas a curto, médio e longo prazo. Tendo como escopo o período de 20 anos para o desenvolvimento de projetos e ações necessárias, de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, para a universalização do saneamento a toda a população.

Figura 1: Descrição do Projeto



Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

Sendo assim, o PMSB configura uma ferramenta essencial para o gerenciamento das atividades operacionais dos serviços de saneamento básico no município, para o planejamento das ações de melhoria dos sistemas e para o acompanhamento da implementação e da eficácia das ações.

De acordo com o estabelecido na LNSB e no Termo de Referência (TR) para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), é fundamental, durante a elaboração do PMSB, a análise da caracterização territorial do município, análise do panorama institucional político e de gestão que envolva os serviços de saneamento básico, e a análise situacional dos serviços públicos de saneamento básico. Tais informações e avaliações contemplam o diagnóstico da situação atual dos serviços de saneamento básico de Paranaíba e serão informações necessárias para a construção do prognóstico e proposição de diretrizes, objetivos, metas, programas, projetos e ações para a efetiva



operacionalização do PMSB durante o planejamento de 20 anos. Em resumo, o PMSB é:

Objeto de construção de um pacto social, capaz de contribuir para reduzir as desigualdades sociais, por meio da universalização do acesso aos serviços, recuperar a integridade ambiental e sensibilizar a todos sobre a relevância do saneamento básico para o desenvolvimento do município;

Instrumento de promoção da inclusão social, por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças e de intervenção na realidade sanitária do município, resguardando o conceito de saneamento como uma ação preventiva de saúde pública;

Estratégia de articulação com outros planos setoriais correlatos, por meio de uma abordagem integrada do território que contemple, entre outras, a dimensão regional e o contexto da bacia hidrográfica onde o município está inserido, bem como a convergência com as diretrizes dos planos estaduais, quando forem adequadas para a realidade local;

Instrumento de planejamento territorial que não se encerra no relatório do Plano e, necessariamente, se desdobra na implantação das ações propostas, acompanhamento e avaliação dos impactos e resultados;

Oportunidade para traduzir o que está na lei em agenda pública e, assim, colocar o saneamento na pauta de desenvolvimento do município, envolvendo os agentes (públicos, sociais e privados) em um ambiente de cooperação, com responsabilidades compartilhadas entre todos;

Instrumento orientador dos programas, projetos e ações de saneamento básico no âmbito municipal, buscando sua observância na previsão orçamentária e na execução financeira;

Condição para pleitear recursos junto à União e para construir parcerias com empresas privadas sediadas no município, entre outros agentes;

Referência para o exercício das funções de regulação e fiscalização do saneamento no município, sobretudo como instrumento normativo dos contratos de prestação dos serviços por agentes públicos e privados;

Oportunidade para capacitação dos atores locais, particularmente gestores públicos, técnicos da Prefeitura, prestadores de serviços, conselheiros municipais e



lideranças comunitárias que atuam na política pública de saneamento básico e áreas correlatas como moradia, saúde, meio ambiente, gestão de recursos hídricos, entre outros;

Instrumento para fortalecer e qualificar a participação popular e o controle social, de maneira a influenciar o processo decisório sobre as prioridades de investimentos e de ações de saneamento básico no território, assim como para garantir a qualidade dos serviços prestados à população;

Ferramenta para organizar e consolidar as informações de saneamento básico, gerando indicadores que fazem interface com as condições de saúde, a integridade do meio ambiente, as condições de habitabilidade, entre outros, apoiando, inclusive, o processo de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados.

### **3. PRINCÍPIOS LEGAIS**

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Paranaíba-PR será construído em atendimento aos princípios legais. Para isso, invoca-se os preceitos constitucionais e as principais legislações que subsidiam este trabalho.

#### **3.1 Princípios Constitucionais**

a) Direito à saúde, considerando que o sistema de saneamento básico é fundamental para prevenção de doenças. Observando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Arts. 6º e 106).

b) Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225).



### 3.2 Princípios da Política Urbana

a) Direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (inciso I, Art. 2º).

b) Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II, Art. 2º).

c) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (inciso II, Art. 2º).

d) Promoção do planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (inciso IV, Art. 2º);

e) Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (inciso V, Art. 2º).

### 3.3 Princípios do Marco Legal do Saneamento Básico

a) Universalização do acesso ao saneamento (Inciso I, Art. 2º).

b) Controle social do conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, Art. 3º).

c) Integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados (inciso II, Art. 2º).



d) Promoção do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente (inciso III, Art. 2º).

e) Disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado (inciso IV, Art. 2º).

f) Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (inciso, VI, Art. 2º).

g) Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários; (inciso, VIII).

h) Garantia da segurança, qualidade, regularidade e continuidade (inciso, XI).

i) Integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos (inciso, XII).

j) Promover a redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva (inciso, XIII).

k) Prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços (inciso, XIV).

### **3.4 Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

a) Prevenção e a precaução (inciso I, Art 6º).

b) Poluidor-pagador e o protetor-recebedor (inciso II, Art 6º).



- c) Tratar a gestão de resíduos por um viés sistêmico que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública (inciso II, Art 6º).
- d) Apoio ao desenvolvimento sustentável (inciso IV, Art 6º).
- e) Estímulo à ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta (inciso V, Art 6º).
- f) Fomento à cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade (inciso VI, Art 6º).
- g) Promoção da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (inciso VII, Art 6º).
- h) Reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (inciso VIII, Art 6º).
- i) Estímulo ao respeito às diversidades locais e regionais (inc. IX, Art 6º).
- j) Direito da sociedade à informação e ao controle social (inc. X, Art 6º).

### **3.5 Princípios da Política Nacional dos Recursos Hídricos**

- a) A água é um bem de domínio público (inciso I, Art. 1º).
- b) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico (inciso II, Art. 1º).
- c) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais (inciso III, Art. 1º).
- d) Proporcionar o uso múltiplo das águas (inciso IV, Art. 1º).
- e) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (inciso VI, Art. 1º).

### **3.6 Conteúdo Mínimo do Plano de Saneamento Básico**



A Lei nº 11.445 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando que o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

- a) Elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão (inciso I, art. 9º).
- b) Prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso II, art. 9º).
- c) Definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água (inciso II, art. 9º).
- d) Estabelecer os direitos e os deveres dos usuários (inciso IV, art. 9º).
- e) Estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social (inciso V, art. 9º).
- f) Implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos (inciso VI, art. 9º).
- g) O titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços (Parágrafo único).
- h) A legislação supracitada também determina o conteúdo mínimo a ser apresentado no Plano Municipal de Saneamento Básico:
- i) Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e



socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas (inciso I, art. 19).

j) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais (inciso II, art. 19).

k) Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento (inciso III, art. 19).

l) Ações para emergências e contingências (inciso IV, art. 19).

m) Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas (inciso V, art. 19).

n) Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos (Parágrafo único).

#### **4. METODOLOGIA**

O presente Plano de Trabalho tem por finalidade apresentar como será o desenvolvimento das ações a serem realizadas para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com o Termo de Referência, apresentado pelo Município de Paranaíba, para a contratação da empresa executora.

O PMSB será desenvolvido no prazo de 120 dias, conforme cronograma apresentado abaixo, sendo dividido em 8 produtos.

Tabela 1: Cronograma dos Produtos

<b>Prazo para execução e Data de entrega</b>	<b>20 dias</b>	<b>30 dias</b>	<b>60 dias</b>	<b>90 dias</b>	<b>100 dias</b>	<b>120 dias</b>
Produto 1 – Plano de Trabalho Ajustado	20/09					
Produto 2 – Plano de Mobilização Social		30/09				
Produto 3 – Diagnóstico			01/11			



Produto 4 – Prognóstico, Objetivos e Metas				01/12		
Produto 5 – Programa Projetos e Ações					10/12	
Produto 6 – Monitoramento e Avaliação						31/12
Produto 7 – Proposta de Anteprojeto de Lei ou Decreto para aprovação do PMSB						31/12
Produto 8 – Versão Final do PMSB						31/12

Fonte: Fundação FAFIPA (2021)

Para a elaboração do PMSB, estão compostos o Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e a Equipe de Elaboração do Plano, sendo os Comitês já nomeados pelo Decreto Municipal nº. 22.547/2021. Cada instância terá seu papel, com as seguintes competências e composição:

### **Comitê Executivo**

É o primeiro comitê a ser criado, por ato do Poder Executivo. Além de organizar essa atividade inicial, o Comitê Executivo é a instância responsável pela aprovação dos produtos entregues pela consultoria, submetendo-os antes à avaliação e aprovação do Comitê de Coordenação, observando os prazos indicados no cronograma. É o comitê responsável por toda operacionalização do processo de elaboração, realizando análises e fornecendo informações para a Equipe de Elaboração. Estando nomeado com a seguinte composição:

- **Paula Teixeira Figueiredo Sanches** - Representante do Gabinete do Prefeito.
- **Fernanda Lima Lanziani** – Arquiteta e Urbanista, representante da Secretaria De Desenvolvimento Urbano.
- **Pauline Maria Machado de Oliveira** – Assistente Social, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- **Fábio Yoneyama** – Engenheiro Civil, representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.



- **Joaquim Mário De Paula Pinto Junior** – Contador, representante da Secretaria de Fazenda.
- **Sueli Mieko Miamoto** – Engenheira Civil, representante da Secretaria de Meio Ambiente.
- **Murilo Rissato** - Representante da Secretaria de Meio Ambiente.
- **Sirlei Maria Schuroff Mira** – Assistente Social, representante da Secretaria De Assistência Social.
- **Dayane Cristine Tino Cordeiro** – Enfermeira, representante da Secretaria de Saúde.
- **Debora Amaral Duarte** – Arquiteta e Urbanista, representante da Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária.
- **Washington Pinto** – Procurador Jurídico, representante da Procuradoria Geral do Município.
- **Karina Braga Andrade** - Representante da Secretaria de Agricultura.
- **Marcelo Milani do Nascimento** - Representante da Secretaria de Meio Ambiente.

### **Comitê de Coordenação**

É a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada por ato do Poder Executivo. Este comitê é formado por representantes da sociedade civil organizada e do poder público. Cabe a este comitê avaliar o trabalho desenvolvido pelo Comitê Executivo, auxiliar na mobilização social para o processo participativo e acompanhar as reuniões, conferências e audiências públicas, bem como também criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental. Segue sua composição:

- **Milena Petris** - Representante do CICA.
- **Sônia Maria Crivelli Mataruco** - Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- **Fernando Albuquerque** - Representante da Câmara Municipal.



- **Rafael João Mariano Marques** - Representante do CREA-PR.
- **Cleber de Figueiredo Ferreira** - Representante da Concessionária Sanepar.
- **Silvia Midori Sasaki** - Representante do CODEP.
- **Renato Dultra** - Representante da Secretaria de Infraestrutura.
- **Walter Camargo Neto** - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **Darlan Alves Pereira** - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- **Pedro Baraldi** - Vice-Prefeito de Paranaíba.

### **Equipe de Elaboração do Plano (EAPP)**

A Equipe de Elaboração do Plano (EEP) corresponde à equipe de trabalho da Fundação de Apoio à FAFIPA, a qual possui a responsabilidade de realizar os trabalhos de campo, análises técnicas, levantamento de materiais e elaborar cada um dos produtos integrantes do PMSB, até a sua consolidação.

Para o desenvolvimento do PMSB, serão desenvolvidos 6 questionários temáticos para serem utilizados nos trabalhos de campo e levantamento de dados. Sendo os questionários divididos nos seguintes temas: Esgotamento sanitário, Drenagem urbana, Área rural, Abastecimento de água, Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos e Geral de Saneamento.

Serão realizadas visitas técnicas nas estruturas físicas, como o aterro sanitário, estações de tratamento de água e esgoto, para análise da situação das estruturas e registro fotográfico.

Todos os trabalhos desenvolvidos pelos comitês e equipe técnica deverão possuir registro fotográfico, listas de presença e ata de registro da reunião, conferência ou audiência pública. Esses registros comprovam o progresso do desenvolvimento das etapas e metodologia que foi empregada.

Além disso, também serão confeccionados alguns mapas para representar a localização do município bem como suas características. Observe a relação de mapas que serão confeccionados:

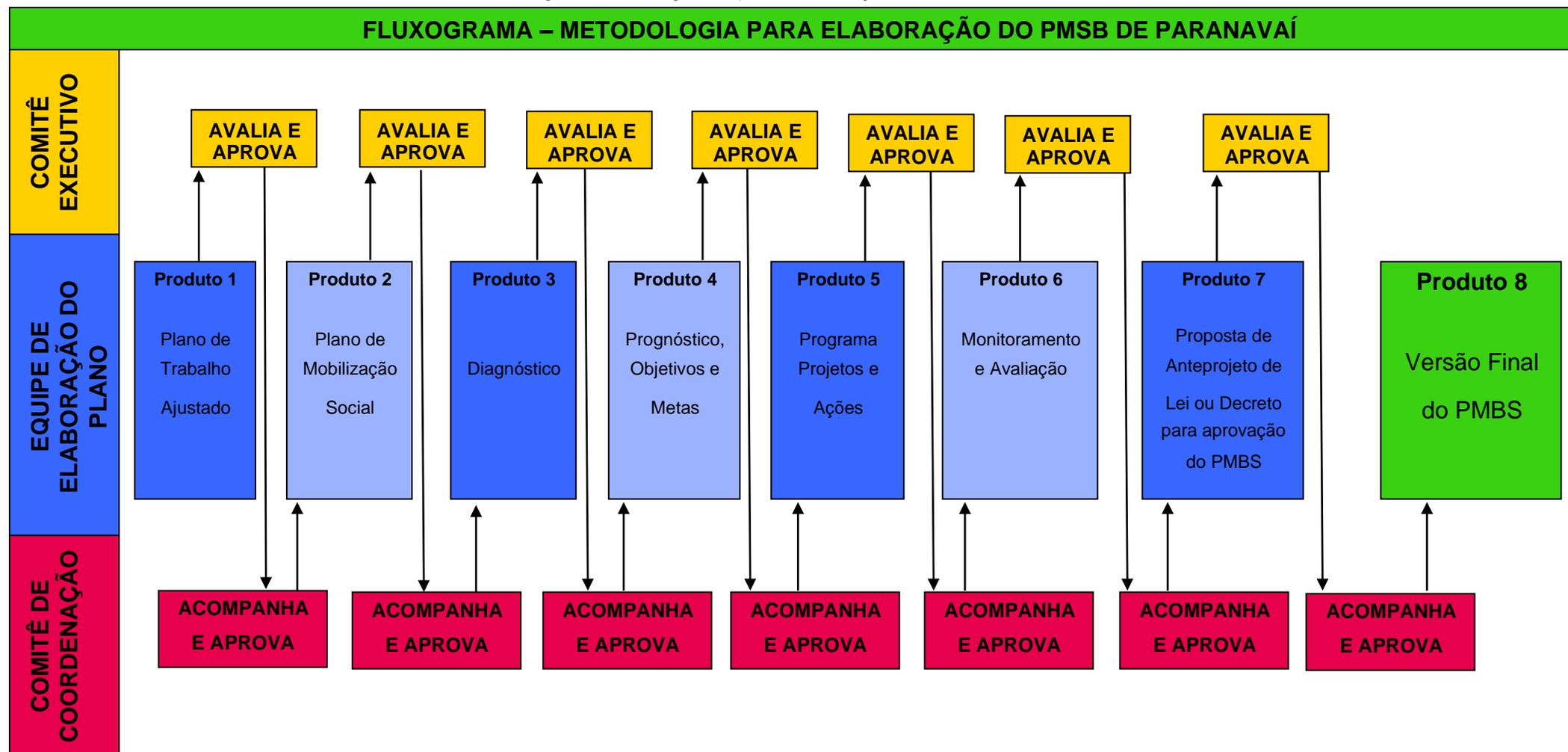
- Localização;



- Vias de Acesso;
- Pedologia;
- Geologia;
- Hidrografia;
- Hipsometria;
- Áreas Urbanas e Rurais;
- Uso e Ocupação do Solo;
- Paranaíba e seu Consórcio;
- Unidades Hidrográficas de Gerenciamento;
- Unidades Aquíferas;
- Entre outros.

Na sequência, teremos o detalhamento da laboração de cada produto e o fluxograma da relação de trabalho entre o Comitê Executivo, Comitê de Coordenação e Equipe de Elaboração do Plano.

Figura 2: Fluxograma para elaboração do PMSB de Paranaíba



Fonte: Fundação FAFIPA (2021)



#### 4.1 Mobilização Social

O Plano de Mobilização Social – PMS é o segundo produto a ser entregue pela Equipe de Elaboração do Plano, sendo uma etapa do PMSB. Ele corresponde ao planejamento, definição e desenvolvimento dos instrumentos necessários à mobilização e comunicação social, visando promover a sensibilização da sociedade quanto à relevância do PMSB, bem como estimular a sua participação no processo de elaboração do mesmo. Por meio deste planejamento, organiza-se o processo e os canais de participação da sociedade na elaboração do PMSB, devendo, também, prever os mecanismos e procedimentos para o controle social após a aprovação do Plano, de forma a atender ao inciso IV, do art. 3º, da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

A Equipe de Elaboração do Plano irá apresentar ao Comitê Executivo a proposta inicial do Plano de Mobilização Social, que deve abranger:

- Instrumentos e mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações, documentos, resultados, propostas e Produtos do PMSB.
- Canais para recebimento de críticas e sugestões, garantindo-se a avaliação e a resposta a todas as propostas apresentadas.
- Constituição de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de temas específicos do Plano quando a realidade complexa indicar ou houver a necessidade de atuação articulada de diferentes órgãos e instituições.
- Concepção dos eventos abertos à comunidade local, a exemplo de debates, seminários e audiências públicas para discussão e participação popular na formulação do Plano, incluindo a recepção de dados de saneamento, se for o caso.
- Realizar duas audiências públicas e uma consulta pública.

A elaboração do PMS possui como objetivo divulgar amplamente o processo, as formas e os canais de participação e informar os objetivos e os desafios do PMSB, disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios e estimular todos os segmentos sociais a



participarem do processo de planejamento e da regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Possuindo um cronograma próprio de ações, o PMS será aplicado durante toda a elaboração do PMSB, pois as ações de mobilização e comunicação social ocorrem em todo o processo de elaboração do Plano de Saneamento, com impactos em todos os seus Produtos. Sendo assim, os relatos da implementação dessas ações e a consolidação dos resultados alcançados devem ser registrados nos Produtos das diversas etapas do PMSB.

#### **4.2 Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico**

O Diagnóstico dos serviços públicos de saneamento básico do município deve, necessariamente, englobar as zonas urbana e rural e tomar por base as informações bibliográficas, as inspeções de campo, os dados secundários coletados nos órgãos públicos e entidades que trabalham com o assunto. É nesta etapa que serão aplicados os 6 questionários temáticos para levantamento de dados. Sendo os questionários divididos nos seguintes temas: Esgotamento sanitário, Drenagem urbana, Área rural, Abastecimento de água, Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos e Geral de Saneamento, sendo estes formulários a ferramenta de sistematização dos dados primários. Também serão realizadas as visitas às estruturas de prestação de serviços, e levantamento de campo na área urbana e rural.

O levantamento e a análise devem atingir um nível de aprofundamento apropriado e também fornecer informações adequadas e suficientes para subsidiar a elaboração ou atualização dos estudos, planos diretores e projetos técnicos setoriais de saneamento básico. Todos os projetos e estudos associados às questões do saneamento básico existentes no município devem ser identificados, compilados e avaliados, assim como também as obras paralisadas ou em andamento.

No que couber, devem ser coletados dados primários em domicílios, em vias públicas, em unidades dos sistemas de saneamento básico, junto a prestadores de serviços, à população ou às entidades da sociedade civil, dentre outros. As informações e dados podem ser obtidos por meio de amostras, entrevistas,



questionários e reuniões, ou outros expedientes. Sendo fundamental realizar a identificação, previamente às inspeções de campo, dos atores sociais, com delineamento do perfil de atuação e da capacitação relativa ao saneamento básico.

Por ser a base orientadora dos prognósticos do PMSB, da definição de objetivos, diretrizes e metas e do detalhamento de seus programas, projetos e ações, o Diagnóstico deve consolidar informações sobre cobertura, déficit, situação dos sistemas e dos serviços de saneamento básico, bem como das condições da salubridade ambiental, considerando dados atuais e projeções. Deve, também, contemplar, dentre outros, perfil populacional, quadro epidemiológico e de saúde, indicadores socioeconômicos e ambientais, desempenho da prestação de serviços e dados de setores correlatos.

E, ainda, o Diagnóstico deve orientar-se no levantamento dos problemas junto à comunidade e na identificação das causas dos déficits e das deficiências para auxiliar o estudo e a proposição de metas e ações na sua correção, visando a universalização dos serviços de saneamento básico. Deve, também, prever, na caracterização do município, a análise de sua inserção regional, incluindo as relações institucionais e interfaces socioeconômicas e ambientais com os municípios vizinhos, o estado e a bacia hidrográfica. As informações obtidas durante a pesquisa devem ser organizadas em base de dados, após tratamento estatístico e análise crítica, para ser posteriormente disponibilizada à Prefeitura Municipal e à sociedade.

Conforme a disponibilidade das fontes e a necessidade de informações para dimensionar e caracterizar os investimentos e a gestão dos serviços de saneamento básico, pode ser necessário realizar pesquisa de dados secundários disponíveis em instituições governamentais (municipais, estaduais e federais) e não governamentais. No entanto, sempre que possível, deve ser providenciada a coleta de dados e informações primárias. A coleta de dados e informações irá abranger:

- A legislação local no campo do saneamento básico, saúde e meio ambiente;
- Organização, estrutura e capacidade institucional existente para a gestão dos serviços de saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação, a regulação e a fiscalização, e o controle social dos serviços;



- Estudos, planos e projetos de saneamento básico existentes, avaliando a necessidade e a possibilidade de serem atualizados;
- Obras de saneamento básico paralisadas ou em andamento;
- Situação dos serviços de saneamento básico do município, nos seus quatro componentes, tanto em termos de cobertura como de qualidade dos serviços;
- Situação quantitativa e qualitativa das infraestruturas existentes, as tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade local;
- Situação socioeconômica e capacidade de pagamento dos usuários;
- Dados e informações de políticas correlatas ao saneamento;
- Caracterização geral e situação institucional do Município;
- Situação econômico-financeira dos Serviços de Saneamento Básico e do Município;
- Situação dos Sistemas e dos Serviços de Abastecimento de Água Potável;
- Situação dos Sistemas e Serviços de Esgotamento Sanitário;
- Situação dos Sistemas e dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;
- Situação dos Sistemas e dos Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas;
- Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Saúde;

Em resumo, o Diagnóstico é um produto fundamental para o desenvolvimento do PMSB, pois é ele quem garantirá a olhar sobre a realidade dos serviços de saneamento do Município de Paranaíba. Devendo ser um trabalho minucioso e de análise muito criteriosa, para que os próximos Produtos possam ser desenvolvidos de forma adequada e atendendo à realidade local.

#### **4.3 Prognóstico, Objetivos e Metas**

Esta etapa corresponde à parte propositiva do Plano, devendo ser apontados objetivos, metas e soluções para o saneamento básico no município, incluindo os



quatro componentes do saneamento básico, tendo por base a análise situacional apresentada no Diagnóstico.

Todas as propostas devem contemplar definições com o detalhamento adequado e suficiente para que seja possível formular os projetos técnicos para a sua implementação, assim como para detalhar e programar as medidas de gestão necessárias. Serão usados textos, mapas, croquis, esquemas, fluxogramas, fotografias e planilhas, dentre outros elementos, a critério dos elaboradores do Plano.

Neste produto, a Equipe de Elaboração irá propor soluções criativas com a utilização de tecnologias adequadas à realidade local, a custos compatíveis com a capacidade de pagamento e suficientes para que a infraestrutura de saneamento básico disponibilizada para a comunidade seja adequadamente operada e mantida. Observando que a receita a ser gerada deva cobrir, no mínimo, os custos de operação, manutenção e reposição dos equipamentos, e, preferencialmente, também os custos dos investimentos.

As proposições do Plano devem atentar-se ao período de 20 anos, sendo recomendável que as propostas sejam apresentadas para o curto prazo (1 a 4 anos), médio prazo (entre 4 e 8 anos) e longo prazo (entre 8 e 20 anos).

As propostas devem conter, no todo ou em parte, os seguintes elementos principais:

a) Proposição de objetivos e metas, tanto qualitativos quanto quantitativos, de forma a orientar a definição dos Programas, Projetos e Ações do Plano nos quatro componentes do saneamento básico. Os objetivos e metas devem incluir a gestão e temas transversais tais como capacitação, educação ambiental e inclusão social. As metas do Plano são os resultados mensuráveis que contribuem para que os objetivos sejam alcançados, devendo ser propostos de forma gradual e estarem apoiados em indicadores. Os objetivos e metas do PMSB devem ser compatíveis e, preferencialmente, estar articulados com os princípios, macrodiretrizes, estratégias e metas do Plansab - Plano Nacional de Saneamento Básico;



b) Dentre as metas principais, devem estar aquelas relativas ao incremento do acesso aos serviços, incluindo o tratamento dos esgotos e dos resíduos sólidos; ao fim da intermitência nos sistemas de abastecimento de água; à redução das perdas de água; ao uso eficiente de energia elétrica; à garantia da qualidade da água de abastecimento; à inexistência de domicílios sem instalações hidrossanitárias; à redução dos impactos decorrentes de enchentes e inundações, dentre outras. Preferencialmente, devem incluir, no mínimo, os indicadores de metas adotados na versão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) em vigor.

c) Análise das alternativas de gestão dos serviços: exame e proposição de alternativas institucionais para o exercício das atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação e fiscalização, e controle social, definindo órgãos, instituições e entidades competentes, municipais ou de terceiros, sua criação ou reformulação, devendo-se considerar as possibilidades de cooperação regional para suprir deficiências e ganhar economia de escala;

d) Projeção populacional, feita com base nos censos demográficos oficiais do IBGE, cujos valores devem ser aferidos ou corrigidos utilizando-se: avaliações de projetos e outros estudos demográficos existentes; evolução do número de habitações cadastradas na Prefeitura, companhia de eletricidade, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, etc.; evolução do número de consumidores de energia elétrica; contagem direta de casas (em campo); contagem direta de edificações em aerofotos ou mapas aerofotogramétricos cadastrais atuais e antigos. Considerar, ainda, a influência da população flutuante ou temporária, quando for significativa. O critério utilizado para a projeção da população deve ser justificado. O horizonte dos estudos deve ser o mesmo adotado para o Plano.

e) Projeções de demanda para os quatro componentes do saneamento básico, tendo em conta os objetivos e metas do Plano, a projeção populacional, os consumos médios per capita de água, a geração per capita média de lixo, as previsões de chuva e respectivo tempo de retorno, dentre outros parâmetros;



f) Construção de cenários alternativos de demandas por serviços que permitam orientar o processo de planejamento do saneamento básico, identificando-se as soluções que compatibilizem o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental, a prestação dos serviços e a equidade social no município. Objetiva-se, assim, identificar, dimensionar, analisar e prever a implementação de alternativas de intervenção, considerando a incerteza do futuro e visando o atendimento das demandas da sociedade, observando: o sistema territorial e urbano, os aspectos demográficos e de habitação, as características socioambientais, as demandas dos setores residencial, comercial, público e industrial; e, no que couber, a depender das características do município, as demandas do setor agrícola;

g) Tendo em vista a oferta identificada no Diagnóstico e a projeção de demanda, fazer a análise e seleção das alternativas de intervenção e de mitigação dos déficits e deficiências na prestação dos serviços, com soluções de engenharia e de gestão, visando a ampliação e melhoria dos sistemas e serviços de saneamento básico em seus quatro componentes, para as áreas urbana e rural, compatibilizando as carências de saneamento básico com as ações do PMSB. As alternativas podem ser projetadas utilizando-se, por exemplo, hipóteses de evolução gradativa do atendimento – quantitativo e qualitativo – conforme diferentes combinações de medidas efetivas e/ou mitigadoras;

h) Definição de diretrizes para o estímulo ao uso de tecnologias apropriadas às realidades locais e que observem as tendências tecnológicas atuais, nos quatro componentes do saneamento básico, em iniciativas como redução e controle de perdas de água; uso eficiente de energia elétrica; tratamento e controle de qualidade da água e de efluentes líquidos e sólidos; tratamento de resíduos sólidos; dentre outros;

i) Construção de cenários alternativos para o estudo de alternativa: a partir dos resultados das propostas de intervenção nos diferentes cenários, deve-se selecionar o conjunto de alternativas que promove a compatibilização qualiquantitativa entre demandas e disponibilidade de serviços. Tal conjunto se caracteriza como o cenário normativo objeto do PMSB;



j) Dimensionamento dos recursos necessários aos investimentos e avaliação da viabilidade e das alternativas para a sustentação econômica da gestão e da prestação dos serviços, conforme os objetivos do Plano. As propostas de investimentos e ações devem ter seus custos estimados segundo os parâmetros usuais do setor. Recomenda-se o uso de indicadores do SNIS ou de outro sistema que venha a substituí-lo, assim como de outros sistemas relativos à prestação dos serviços, pertencentes a outras fontes. Devem ser adotadas projeções de receitas, segundo cenários baseados nas taxas ou tarifas atuais, suas revisões e reajustes, bem como também os custos atuais, suas revisões e reajustes, considerando ainda as projeções populacionais e a ampliação dos serviços;

k) Realização de análise da viabilidade social, econômica e ambiental da prestação dos serviços, considerando os cenários, os objetivos, metas, programas, projetos e ações;

l) Proposição de mecanismos de articulação e integração das políticas, programas e projetos de saneamento básico com as de outros setores correlacionados (saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, educação), visando a eficiência, a eficácia, e a efetividade das ações preconizadas;

m) Hierarquização das áreas de intervenção prioritária: as metas, programas, projetos e ações, sobretudo quando relacionados a investimentos, devem ser consolidadas, naquilo que couber, a partir de critérios de hierarquização das áreas de intervenção prioritária, conforme metodologia a ser definida a partir de indicadores sociais, ambientais, de saúde e de acesso aos serviços de saneamento básico;

n) Definição de procedimentos e mecanismos para a compatibilização com as Políticas e os Planos de recursos hídricos, considerando a bacia hidrográfica a que pertence o município, quando possível.



Em síntese, é produto o responsável por estabelecer os objetivos gerais e específicos a serem alcançados no horizonte de duração do Plano de Saneamento, levando em conta, de um lado, o diagnóstico dos principais problemas existentes e o balanço entre a oferta e a demanda por serviços ao longo do tempo.

#### **4.4 Programas, Projetos e Ações;**

Os programas, projetos e ações serão desenvolvidos vislumbrando atingir os objetivos e metas e devem ser compatíveis com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento e avaliação e de integração entre si e com outros programas e projetos de setores afins.

Deve também integrar essa etapa a programação de investimentos que contemple ações integradas e ações relativas a cada um dos serviços, com a estimativa de valores, cronograma das aplicações, fontes de recursos, dentro da perspectiva de universalização do atendimento, com nível de detalhes diferenciados para cada etapa.

Como parte da proposta, deve ser estabelecida uma programação de ações imediatas, servindo de instrumento de ligação entre as demandas de serviços, ações existentes nas administrações municipais e o PMSB. Todos os projetos e estudos existentes para minimizar os problemas de saneamento básico do município devem ser identificados, compilados e avaliados, assim como as obras paralisadas ou em andamento, segundo a sua pertinência e aderência aos objetivos e metas do PMSB, já na etapa de Diagnóstico. Os programas, projetos e ações devem contemplar, dentre outras, as seguintes temáticas: (i) promoção do direito humano à água e aos serviços de esgotamento sanitário; (ii) promoção do direito à cidade; (iii) promoção da saúde e a qualidade de vida; (iv) promoção da sustentabilidade ambiental; e (v) eficiência, eficácia e melhoria da qualidade da gestão e da prestação dos serviços.

Dentre as diretrizes e critérios para os programas, projetos e ações, devem ser contemplados, no todo ou em parte, os seguintes:



- Definição dos programas, projetos e ações com estimativas de custos, baseados no que estabelece o capítulo de "Prognóstico, Objetivos e Metas", apontando solução de continuidade e consequência às ações formuladas;
- Programação de ações imediatas, servindo de instrumento de ligação entre as demandas de serviços, ações existentes nas administrações municipais e o PMSB;
- Adoção de programa de redução e controle de perdas de água, envolvendo a ampliação da macromedição e micromedição, o controle de vazamentos e de pressões na rede de distribuição, a aferição e substituição de hidrômetros, a setorização, o gerenciamento de consumidores, o combate às fraudes, dentre outras medidas;
- Adoção de programa de uso racional da energia elétrica, envolvendo a análise das contas de energia, adequação tarifária, gerenciamento da eficiência de bombeamentos, reduções de potências demandadas pelo sistema de abastecimento de água, medidas de controle operacional e de automação, minimização de consumos durante horário de ponta, manutenção eletromecânica, correção de fator de potência e otimização de fator de carga de instalações, entre outras medidas;
- Estabelecimento de programação de longo prazo (8 a 20 anos), médio (4 a 8 anos) e curto (1 a 4 anos), de modo a projetar estados progressivos de melhoria de acesso e qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico;
- Hierarquização e priorização dos programas, projetos e ações e seus respectivos investimentos, compatibilizados com o orçamento e os objetivos e metas estabelecidas;
- Formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas e para a prestação de assistência técnica e gerencial em saneamento básico ao município, pelos órgãos regionais (se existirem) e entidades estaduais e federais.

#### **4.5 Monitoramento e Avaliação**

Trata-se da definição de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade do PMSB, em especial, focando nos



objetivos, metas e resultados dos programas, projetos e ações, devendo compreender, no todo ou em parte, as seguintes diretrizes:

- Procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e das metas;
- Definição de indicadores sociais, técnicos, operacionais e financeiros de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, nos recursos naturais e na salubridade ambiental (sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos);
- Indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano, preferencialmente coincidentes, no que couber, com os adotados na versão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) em vigor.
- Determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços;
- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano;
- Estabelecimento de mecanismos para a divulgação do Plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população;
- Definição dos mecanismos de representação da sociedade para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMSB; e
- Adoção de diretrizes para o processo de avaliação anual e de revisão do Plano a cada 4 anos.

#### **4.6 Consolidação dos Produtos do PMSB e Minuta de Projeto de Lei**

A consolidação dos produtos do PMSB deve compreender todas as etapas descritas neste TDR e deve ser acompanhado de uma proposta de Anteprojeto de Lei ou de Decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Cada etapa deve corresponder a um Produto e, ao final, devem ser consolidadas todas as



etapas, exceto o Plano de Trabalho Ajustado, em um único Produto que corresponde ao Plano, propriamente dito.

Assim, são os seguintes os Produtos previstos:

- **Produto 1** - Plano de Trabalho Ajustado
- **Produto 2** - Mobilização Social
- **Produto 3** - Diagnóstico do Saneamento Básico
- **Produto 4** - Prognóstico, Objetivos e Metas
- **Produto 5** - Programas, Projetos e Ações
- **Produto 6** - Monitoramento e Avaliação
- **Produto 7** - Proposta de Anteprojeto de Lei ou de Decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico
- **Produto 8** - Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB): corresponde à consolidação dos produtos anteriores, exceto o Plano de Trabalho, em um único documento.

Observações:

1. Caso o tamanho dos produtos não permita consolidá-los em um único documento, os mesmos podem ser divididos.
2. Opcionalmente, a critério da Equipe de Elaboração do Plano (EEP), os Produtos podem ser realizados em duas ou mais etapas;
3. O Produto 8 somente será finalizado após a aprovação dos Produtos anteriores.

Devem ser produzidas 2 (duas) vias impressas e 2 (duas) vias em “pen drive” das versões preliminares de cada Produto, para análise e aprovação do Comitê Executivo do Plano.

Antecede à análise e aprovação dos Produtos pelo Comitê Executivo, a apreciação e validação por parte do Comitê de Coordenação, que deve ocorrer nas seguintes etapas do Plano:



- I. Plano de Trabalho para elaboração do PMSB.
- II. Diagnóstico da situação do saneamento básico no município.
- III. Conjuntamente as etapas de prognóstico, objetivos e metas; programas, projetos e ações; e proposta para monitoramento e avaliação.
- IV. Versão preliminar do PMSB.
- V. Versão final do PMSB.

A versão preliminar do PMSB (Produto 7) contemplando todos os itens necessários, aprovada pelo Comitê Executivo do Plano, deve ser submetida à audiência pública e consultas pública, conforme estabelecido no Plano de Mobilização Social. As contribuições recebidas, que após avaliação do Comitê de Coordenação, forem acatadas, devem ser inseridas na versão final do Plano.

## **5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES**

### **Produto A – Plano de Trabalho**

- Plano de trabalho e Cronograma das atividades.
- Portaria de nomeação do Comitê Executivo.

### **Produto B – Plano de Mobilização Social**

- Portaria de Composição do Comitê de Coordenação.
- Relatório da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação, prevendo todos os eventos participativos, tendo sido aprovada por deliberação do Comitê de Coordenação.
- Relatório de Acompanhamento das Atividades, informando qual sistema de informação será adotado na elaboração do PMSB.

### **Produto C – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico**

- Relatório do Diagnóstico Técnico-Participativo e apresentação do Quadro com o Resumo Analítico do Diagnóstico do PMSB.



- Relatório de Acompanhamento das Atividades.

#### **Produto D – Prognóstico, objetivos e metas**

- Relatório do Prognóstico do PMSB: cenário de referência para a gestão dos serviços; objetivos e metas; perspectivas técnicas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.
- Relatório de Acompanhamento das Atividades.

#### **Produto E - Programas, Projetos e Ações do PMSB, aplicação da metodologia de hierarquização das propostas do PMSB e definição da programação da execução do PMSB**

- Relatório com a proposição dos Programas, Projetos e Ações do PMSB.
- Propostas do PMSB com o resultado da aplicação da Metodologia para Hierarquização das Propostas do PMSB.
- Programação da Execução do PMSB.
- Relatório de Acompanhamento das Atividades.

#### **Produto F - Monitoramento e Avaliação**

- Proposta de Indicadores de Desempenho do PMSB
- Relatório de Acompanhamento das Atividades.

#### **Produto G - consolidação dos produtos do PMSB, elaboração da minuta do projeto de lei para aprovação do PMSB e elaboração do resumo executivo do PMSB**

- Documento Consolidado do PMSB, com a incorporação das contribuições pactuadas na audiência pública (ou conferência municipal) e por



deliberação do Comitê de Coordenação. Devem ser disponibilizadas 2 (duas) cópias para o município, sendo uma digital para publicação na página eletrônica da Prefeitura e outra impressa; e para a Funasa, apenas a cópia digital.

- Minuta do Projeto de Lei para aprovação do PMSB, tendo o Documento Consolidado do PMSB como Anexo Resumo Executivo do PMSB, de acordo com o escopo mínimo estabelecido no Termo de Referência.
- Relatório de Acompanhamento das Atividades, com registro completo da audiência pública realizada para aprovação do PMSB.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este documento tem por finalidade oferecer diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Paranaíba-PR. Dentro do cronograma apresentado, é previsto que se realize a entrega deste primeiro produto, que é o plano de trabalho, na sequência, o plano de mobilização social, o diagnóstico das condições de saneamento do município, prognóstico, objetivos e metas, programas, projetos e ações, programa de monitoramento e avaliação, proposta de anteprojeto de lei ou decreto para a aprovação do PMSB e, ainda, a versão final, do PMSB.

Assim, espera-se que com a elaboração do PMSB, o município venha dispor de diretrizes para implementar medidas que venham garantir a qualidade de vida da população, sendo uma das formas de proporcionar o desenvolvimento sustentável regional, mitigar os impactos ambientais, proteger os recursos naturais e promover o bem-estar da população.



## 7. EQUIPE TÉCNICA

➤ **ANA MARIA DOMINGOS AMANCIO** - Formada em Ciências Biológicas, com ênfase em Biotecnologia, pela Universidade Paranaense, pós-graduação em Gestão Ambiental, pela UTFPR, e pós-graduação em Segurança do Trabalho, pela UNICESUMAR. Possui experiência trabalhando com implantação e manutenção de Sistema de Gestão Ambiental e Resgate de Fauna Silvestre com empresas de grande porte, na construção civil pesada, como a Construção da UHE Jirau, em Rondônia, Construção do Mineroduto Minas-Rio, e duplicação da Ferrovia Carajás, da Vale AS, no Maranhão. Experiência com processo de licenciamento ambiental, atendimento a condicionantes, planos e programas ambientais, levantamento de fauna e flora.

➤ **DÉBORA FERNANDES DE PAIVA** - Gestora Ambiental, pela UNIFATECIE, Historiadora pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, Especialista em Gestão de Projetos Sociais e Políticas Públicas, pela Faculdade Cidade Verde – FCV. Possui experiência na gestão ambiental de órgãos públicos desde 2012, com atuação em projetos com termo de cooperação técnica com Ministério Público do Trabalho – MPT. Atualmente, atua em consultoria ambiental para municípios da região norte e noroeste do Estado do Paraná como Diretora Executiva da empresa Pacto Ambiental Consultoria.

➤ **ÍTALO OIKAWA** - Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Professor colaborador no Departamento de Economia da UEM (2005 a 2016) e tutor à distância do curso Especialização em Gestão Pública Municipal da mesma instituição (2018 a 2019). Professor de cursos de graduação e pós-graduação em instituições privadas de Maringá (UNIFAMMA, Faculdade Alvorada, Faculdade Maringá e UNICESUMAR), ministrando disciplinas nas áreas de economia, gestão, finanças.



- **ITAMAR SATELES DE SÁ** – Professor e Geógrafo, graduado em Geografia, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR e Mestre em Geografia, com ênfase em Análise Ambiental, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. É especialista em Sociologia Econômica, Política e Urbana e em Educação Ambiental, pela União Brasileira de Faculdades – UniBF. Especialista em Geoprocessamento, pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Acadêmico de Direito, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.
  
- **LARISSA RODRIGUES TURINI** - Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental (2013), Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (2016) e Mestre em Recursos Hídricos (2021), pela Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá. Experiência em planejamento e gestão de saneamento básico. Atuou na elaboração de Planos por meio de Convênio com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
  
- **NATAN DE OLIVEIRA HERMINIO DA SILVA** - Formado em Tecnologia da Informação, pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí, graduado em Tecnologia da Gestão Ambiental, pelo Centro Universitário UNIFATECIE, e Pós-Graduando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí. Atualmente, é Analista Ambiental da Pacto Ambiental Consultoria.
  
- **RENAN GONÇALVES DA SILVA** - Engenheiro Ambiental, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Engenheiro de Segurança do Trabalho, pelo Centro Universitário Ingá – UNINGÁ; Mestre em Agroecologia, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Especialista em Auditoria, Perícia e Educação Ambiental, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná – UNIFATECIE e Licenciado em Geografia, pela Universidade de Jales – UNIJALES. Atua como professor universitário na UNIFATECIE nos cursos de Gestão Ambiental e Engenharia Civil, lecionou as disciplinas de Saneamento Ambiental, Licenciamento Ambiental, Sistemas de Informações Geográficas, Recuperação de Áreas Degradadas, Avaliação de Impactos Ambientais e Análise de Investimentos



Ambientais. Foi coordenador da especialização técnica em gestão de resíduos ofertado pela Secretaria de Estado de Educação. Possui experiência com consultoria ambiental para empresas e prefeituras.

➤ **THIAGO NEVES DUARTE** - Curso Técnico em Agropecuária pelo Colégio Agrícola Estadual do Noroeste, de Diamante do Norte, formado em Gestão Ambiental, pela UNIFATECIE de Paranaíba, Curso Pós Técnico em Gestão de Resíduos Sólidos - Colégio Enira. Especialista em Gestão Sustentável e Meio Ambiente, pela PUC/PR. Atualmente, é Analista Ambiental da Pacto Ambiental Consultoria.



## **PRODUTO 02 - RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO**

### **1. INTRODUÇÃO**

O PMSB é o principal instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico. De acordo com o art. 23, do Decreto nº 7.217/2010, esta Política deve organizar o saneamento básico no município, considerando as funções de gestão, desde o planejamento até a prestação dos serviços, que devem ser submetidas à regulação, fiscalização e ao controle social, formulando a Política Municipal de Saneamento Básico Municipal, apoiada na participação da população, remetendo ao disposto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Dessa forma, o “Relatório da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação” é o responsável por organizar todo o processo de mobilização social do início ao fim do PMSB. Sendo ele elaborado na fase inicial do processo, quando serão planejados os procedimentos e as atividades a serem adotadas ao longo de todo o período de elaboração do PMSB, visando garantir a efetiva participação social.

Em resumo, a Estratégia Participativa consiste na metodologia que será empregada para garantir o cumprimento da legislação quando se refere à participação e controle social. Sendo assim, o presente relatório possui como finalidade organizar, programar e apresentar todas as ações de mobilização social a serem realizadas no processo de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Paranaíba.

### **2. OBJETIVOS**

#### **2.1. Objetivo Geral**

Definir e apresentar a metodologia para garantir o envolvimento dos atores sociais na construção do PMSB – Paranaíba/PR.



## 2.2. Objetivos Específicos

- Sensibilizar a sociedade para a importância do Saneamento Básico, seus benefícios e vantagens.
- Estimular a sociedade para participar do processo de elaboração do PMSB.
- Buscar a cooperação junto a outros processos locais de mobilização.
- Identificar as percepções sociais, conhecimentos e anseios a respeito do Saneamento Básico.
- Promover a discussão e a participação da população.
- Divulgar amplamente o processo.

## 3. NOMEAÇÃO DOS COMITÊS

Os Comitês Executivo e de Coordenação são as instâncias de acompanhamento do PMSB, sendo ambos os comitês uma ferramenta da participação popular. Ou seja, os comitês são compostos por representantes de diversos segmentos da sociedade, o que garante a voz da comunidade local em todo o processo de elaboração do Plano de Saneamento.

É fundamental que o Comitê Executivo contribua de forma técnica e o Comitê de Coordenação seja efetivamente atuante. A Estratégia Participativa do PMSB não precisa ser uma estratégia isolada, inventada e fora da realidade, como uma mágica. Pelo contrário, ela deve se utilizar de fóruns, conselhos e outras estruturas já existentes para a divulgação, sendo essa presença nos diversos espaços possíveis pela diversidade de membros presentes nos comitês.

Sendo assim, os Comitês possuem papel fundamental na publicitação das etapas e procedimentos da construção do PMSB. Sendo eles os responsáveis por articular a presença da comunidade em eventos de mobilização e pela divulgação de informações à comunidade local, de forma acessível. Frente ao apresentado, ressalta-se que os Comitês Executivo e de Coordenação são peças fundamentais para mobilização e participação social, pois serão os interlocutores diretos da comunidade.

Os Comitês já foram nomeados pelo Decreto Municipal nº. 22.547/2021 e nº 22.855/2021, sendo a seguinte composição:



### 3.1. Comitê Executivo

O Comitê Executivo é a instância responsável pela aprovação dos produtos entregues pela consultoria, submetendo-os antes à avaliação e aprovação do Comitê de Coordenação, observando os prazos indicados no cronograma. É o comitê responsável por toda operacionalização do processo de elaboração, realizando análises e fornecendo informações para a Equipe de Elaboração. Estando nomeado com a seguinte composição:

- **Paula Teixeira Figueiredo Sanches** - Representante do Gabinete do Prefeito.
- **Fernanda Lima Lanziani** – Arquiteta e Urbanista, representante da Secretaria De Desenvolvimento Urbano;
- **Pauline Maria Machado de Oliveira** – Assistente Social, representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- **Fábio Yoneyama** – Engenheiro Civil, representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.
- **Joaquim Mário De Paula Pinto Junior** – Contador, Representante da Secretaria de Fazenda.
- **Sueli Mieko Miamoto** – Engenheira Civil, representante da Secretaria de Meio Ambiente;
- **Murilo Pitta Rissato** - Representante da Secretaria de Meio Ambiente.
- **Sirlei Maria Schuroff Mira** – Assistente Social, representante da Secretaria De Assistência Social.
- **Graciele Hermesdorff Hedler Gioto** – Fiscal sanitária.
- **Debora Amaral Duarte** – Arquiteta e Urbanista, representante da Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária.
- **Karina Braga Andrade** - Representante da Secretaria de Agricultura.
- **Marcelo Milani do Nascimento** - Representante da Secretaria de Meio Ambiente.



### 3.2. Comitê de Coordenação

Este comitê é formado por representantes da sociedade civil organizada e do poder público. Cabe a ele avaliar o trabalho desenvolvido pelo Comitê Executivo, auxiliar na mobilização social para o processo participativo e acompanhar as reuniões, conferências e audiências públicas, bem como também, criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental. Segue sua composição:

- **Milena Petris** - Representante do CICA;
- **Sônia Maria Crivelli Mataruco** - Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- **Fernando Albuquerque** - Representante da Câmara Municipal.
- **Rafael João Mariano Marques** - Representante do CREA-PR.
- **Cleber de Figueiredo Ferreira** - Representante da Concessionária Sanepar.
- **Silvia Midori Sasaki** - Representante do CODEP.
- **Renato Dultra** - Representante da Secretaria de Infraestrutura.
- **Walther Barbosa de Camargo Neto** - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **Darlan Alves Pereira** - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
- **Pedro Baraldi** - Vice-Prefeito de Paranaíba.

## 4. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

Para qualquer projeto, é necessário um bom planejamento prévio das atividades e cronograma a serem executados, além disso, é necessária a mobilização da Equipe de Elaboração do Plano, Comitês e dos demais interessados, promovendo a participação social e comunicação de todos. O Termo de Referência (TR), da Funasa (2018, p. 38), explica bem tal questão.



A construção da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação ocorre na fase inicial do processo, onde serão planejados os procedimentos e as atividades a serem adotadas ao longo de todo o período de elaboração do PMSB, visando garantir a efetiva participação social. Como já mencionado, os Comitês formados são os responsáveis diretos pela elaboração e implementação da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação, doravante denominada apenas por Estratégia Participativa; cada um dentro da sua atribuição particular (FUNASA, 2018, p. 38).

Estrategicamente, deve-se buscar ferramentas que sejam de fácil entendimento e que visem a divulgação e comunicação de forma clara, para que ocorra o entendimento do assunto nos mais diversos setores do município, atingindo até mesmo os setores com menor instrução acadêmica, e possibilite uma construção coletiva com todos os setores sociais.

Tais ferramentas devem ocorrer nos mais diversos níveis e meios sociais, levando em consideração os diferentes modos de disseminação de conteúdos e diversos pilares de vivência existentes em cada comunidade, tendo como proposta central compreender e trazer para o PMSB a abrangência das realidades. Para que isso ocorra, é necessário que se tenha uma boa divulgação por diversos meios de comunicação existentes, de maneira direta, acessível e clara ao maior número de pessoas possível.

#### **4.1. Identidade Visual do Plano**

A Identidade envolve todos os aspectos visuais de simbologias, que carregam em sua estrutura uma série de características para designar o objeto do qual se propõe por meio de cores, fontes, texturas, ícone e formas. Tais características foram utilizadas para personificar e diferenciar a identificação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Paranaíba, o qual foi confeccionado utilizando-se elementos estratégicos para designar os quatro eixos do Saneamento Básico: água, drenagem urbana, resíduos sólidos e esgotamento sanitário, sendo:

Cores: para cada tema a ser abordado, foi definida uma cor para identificar cada elemento do PMSB de forma visual, o qual pudesse ser desmembrado dos demais temas sempre que necessário, para auxiliar no entendimento do público, de forma geral.

Foram definidas as seguintes cores:

- ✓ **Água:** Azul Francia (RGB - #017DC1).
- ✓ **Drenagem Urbana:** Vermelho Cereja (RGB - #D9214D).
- ✓ **Resíduos Sólidos:** Verde Grama (RGB - #019140).
- ✓ **Esgotamento Sanitário:** Amarelo Caramelo (RGB - #F6C205).

Figura 3 Identidade Visual



Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

- **Formas:** a forma para definir os diferentes eixos do PMSB foi pensada buscando-se referenciar a gota d'água, que é um dos temas centrais do PMSB.

Figura 4: Formas Utilizadas



Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

- **Simbologia:** a simbologia foi definida de acordo com os temas dos quatro eixos do PMSB.
  - ✓ **Água:** representada pela torneira (água potável).
  - ✓ **Drenagem Urbana:** nuvem com gotas de chuva.
  - ✓ **Resíduos Sólidos:** símbolo universal da reciclagem.
  - ✓ **Esgotamento Sanitário:** vaso sanitário.
  
- **Estrutura e disposição dos elementos:** foram definidos e dispostos de maneira proporcional e exata, para que os quatro eixos do PMSB se complementassem entre si e formassem um ciclo, referenciando toda a interdependência entre os diferentes elementos.

Figura 5: Disposição dos Elementos



Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

- **Tipografia:** Para a Sigla PMSB, foi utilizado o tipo de fonte “IMPACT e, para o restante, foi utilizado à fonte “ARIAL”. Em ambos os casos, são fontes formais e marcantes, que permitem um fácil entendimento visual, mesmo à primeira vista.

Figura 6: Tipografia da Logo



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

PARANAÍ - PR

Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

- **Demais documentos com identidade visual:** para todos os documentos, slides, apresentações, convites e demais itens necessários, será utilizada a identidade visual padrão, que são documentos e materiais em tons de azuis, com ondas e feixes de luz, além da logo.

É de grande relevância a personificação do Plano Municipal de Saneamento Básico por meio do logotipo, pois ela garante a personalidade do PMSB e gera uma

memória à comunidade local para fácil identificação do tema nos mais diversos espaços públicos.

Figura 7: Demais Documentos com Identidade Visual



Elaboração: Fundação FAFIPA (2021)

#### 4.2. Capacitação dos Comitês

O primeiro evento de mobilização realizado, Capacitação dos Comitês, aconteceu antes mesmo da elaboração da Estratégia Participativa, sendo realizado no dia 16 (dezesesseis) de setembro, na Casa da Cultura de Paranaíba, e pode ser considerada a primeira Oficina com Comitês, conforme pode ser observar por meio de fotos e lista de presença em anexo.

Nesta primeira reunião, a Equipe de Elaboração do Plano realizou a apresentação de como será o processo de construção do PMSB, ou seja, explanou-se sobre cada etapa a ser desenvolvida, como será entregue cada produto e sobre como deve ser o trabalho de cada Comitê. Prazos e datas também foram apresentados, tendo em vista o fiel cumprimento do estabelecido pelo Contrato de Prestação de Serviços nº 57/2021.

#### 4.3. Audiências Públicas



Serão realizadas duas audiências públicas, uma ao início da elaboração do PMSB, na fase de Diagnóstico, e outra ao final para sua consolidação. Por meio desses eventos, busca-se garantir a participação da população em geral, mobilizando munícipes que não estejam necessariamente vinculados a algum grupo social organizado.

De acordo com a Lei 11.445/2007, a audiência pública de finalização do PMSB possui a finalidade de aprovação do conteúdo proposto, devendo ser realizada para divulgação das propostas do Plano e recebimento de sugestões e críticas. Em suma, é o evento que possibilita a análise pública e validação do PMSB pela população, e posterior deliberação pelo Comitê de Coordenação.

A audiência pública realizada ao início da construção do Plano de Saneamento Básico tem por finalidade a divulgação do início dos trabalhos da equipe técnica e dos comitês. É o momento de abertura para a comunidade participar e apresentar problemas, dificuldades e sugestões para o desenvolvimento do PMSB. Neste evento, é aplicado aos presentes o “Questionário Diagnóstico Social”, para identificar a percepção da população quanto aos serviços de saneamento básico no município. A partir dela, será aberto o período para a Consulta Pública, conforme metodologia descrita a seguir.

#### **4.4. Consulta Pública**

A Consulta Pública será realizada de forma online, por meio da página do PMSB/Paranavaí, no site do Município. No dia seguinte à realização da primeira Audiência Pública, será aberto, por meio de formulário do Google Forms, o campo para envio de sugestões, opiniões, críticas sobre o saneamento básico municipal, onde o cidadão poderá enviar seu comentário, sem a obrigatoriedade de se identificar.

Nesta primeira Consulta Pública, a finalidade é garantir que o olhar do cidadão sobre o saneamento básico esteja presente na elaboração do Diagnóstico, e de todos os produtos a serem apresentados na sequência. Sendo esta etapa concluída antes da entrega do Prognóstico, Objetivos e Metas.

Para a aprovação do PMSB, a Equipe de Elaboração encaminhará a versão preliminar para a Coordenação do Comitê Executivo para a disponibilização do



material para a Consulta Pública, de forma online. Assim, será garantido à população, como um todo, o direito de acesso à informação e de participação, ou seja, a sociedade civil poderá apreciar o conteúdo do PMSB previamente à realização da Audiência Pública de aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

#### **4.5. Oficinas com Comitês**

Conforme o Termo de Referência da FUNASA (2018), as oficinas de capacitação dos Comitês do PMSB são os espaços de qualificação da participação popular. Pois é por meio delas que ocorre o debate entre técnicos e representantes da sociedade civil organizada e, assim, a construção de propostas pautadas não apenas em questões técnicas, mas também nos anseios da comunidade. É por meio das Oficinas que também ocorre o acompanhamento das etapas de elaboração do PMSB, por parte dos Comitês.

Para a realização das oficinas, a Equipe de Elaboração realiza apresentação técnica dos conteúdos das etapas de desenvolvimento do PMSB e, em seguida, abre para discussão, quando todos os membros podem opinar e apresentar contribuições. Esse formato de evento busca garantir uma construção conjunta, integrando os saberes da Equipe Técnica e Comitês. Todo o evento será registrado pela Equipe de Elaboração, por meio de fotos e atas das Oficinas.

#### **4.6. Eventos Setoriais**

Os eventos setoriais são encontros que possuem o objetivo de tornar acessível a toda a população a discussão do PMSB, buscando garantir que a população, em geral, possa apresentar seus anseios. Ou seja, é o momento de discussão entre Equipe Técnica, Comitês Executivo e de Comunicação e cidadãos que queiram contribuir, independentemente de estarem inseridos ou não em setores da sociedade civil organizada.

Para sua realização, a Equipe de Elaboração do Plano realizará as apresentações técnicas e, na sequência, será aberto à discussão para que todos os



participantes possam apresentar suas contribuições. Todo o evento será registrado pela Equipe de Elaboração, por meio de fotos e atas dos eventos.

#### **4.7. Mecanismos de Divulgação e Comunicação Permanente**

Como forma de divulgar e disseminar de maneira contínua e permanente o Plano Municipal de Saneamento Básico de Paranaíba, serão adotadas ferramentas de fácil entendimento e disseminação que alcancem o maior número de pessoas possível, para que o plano seja construído de forma coletiva e com efetiva participação popular.

#### **4.8. Canais de Divulgação**

Para a divulgação dos encontros, serão utilizados, principalmente, os meios das mídias eletrônicas e sociais, para disseminar os conteúdos pertinentes necessários. O Município de Paranaíba já possui os meios de divulgação oficiais, sendo eles, Facebook, Instagram e site.

Quadro 1: Meios Oficiais de Divulgação

Instagram da Prefeitura Municipal de Paranaíba	<a href="https://www.instagram.com/prefeituradeparanaiba/">https://www.instagram.com/prefeituradeparanaiba/</a>
Facebook da Prefeitura Municipal de Paranaíba	<a href="https://www.facebook.com/PrefeituraDeParanaiba">https://www.facebook.com/PrefeituraDeParanaiba</a>
Site da Prefeitura Municipal de Paranaíba	<a href="https://www.paranaiba.pr.gov.br/">https://www.paranaiba.pr.gov.br/</a>

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaíba (2021)

#### **4.9. Canais de Comunicação**

Além dos canais de divulgação, será utilizado um canal de comunicação direta e oficial exclusivo do PMSB, com o objetivo de ser mais um meio de



comunicação que seja utilizado de forma geral para dúvidas, críticas e demais assuntos que possam ocorrer. Tal meio de comunicação será amplamente divulgado em todos os meios sociais oficiais e em encontros para apresentação do Plano.

**E-MAIL:** pmsbparanavai@fundacaofafipa.org.br

#### **4.10. Material de Apoio**

Para o bom andamento da Estratégia de Mobilização, serão elaborados materiais de apoio, como panfletos, convites, artes gráficas, cartilhas, vídeos, atas de reunião, listas de presença, etc. Sendo a necessidade desses materiais definida de acordo com a demanda e em conjunto com os Comitês Executivo e de Coordenação.

#### **4.11. Cronograma**

Após a definição dos eventos de mobilização social, que devem ser realizados durante a elaboração do PMSB, segue proposta de datas para a realização dos mesmos. As datas a seguir foram pautadas com base no cronograma de entrega dos produtos, conforme Plano de Trabalho e o Contrato de Prestação de Serviços nº 57/2021.

**Quadro 2: Cronograma**

Capacitação	16/09
Audiência Pública - Apresentação	05/10
Consulta Pública	06/10 – 20/11
Oficina com Comitês – Após Diagnóstico	04/11
Evento setorial	05/11
Oficina Comitês – Após Prognóstico	03/12
Oficina Comitês – Após Programas, Projetos e Ações	11/12
Evento Setorial	15/12
Consulta Pública	15/12 – 31/12
Audiência Pública de Consolidação do PMSB	13/01/2022

Fonte: Fundação FAFIPA (2021)

O Cronograma apresentado trata-se de sugestão da Equipe de Elaboração do Plano, podendo os Comitês Executivo e de Coordenação propor outras datas. Sendo também de decisão dos Comitês se os eventos serão presenciais ou de forma online, por meio de videoconferência, considerando a pandemia da Covid-19.

## REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico. Ministério da Saúde, Fundação Nacional da Saúde, Brasília, DF: FUNASA, 2018.

## ANEXOS

### Anexo I – Lista de Presença da Reunião com o Comitê Executivo do PMSB em 09/09/2021

LISTA PRESENÇA REUNIÃO COMITÊ EXECUTIVO PLANO MUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

DATA: 09/09/21

HORÁRIO: 9:30

NOME	SECRETARIA
Paula Sanchez	Gabinete
Sueli Mieko Niamoto	SEMAM
Moreno Miloni	SEMAM
Tatiane M <sup>a</sup> Oliveira	SEDUR
Dayne Cardoso	SESAU
Sumanda W. Banjani	SEDUR
Débora A. D. Rolanski	VISA
Geovane F. de Paula	Fundação FAFIPA
Fabio Koneyama	SEINFRA
Fabio Ribeiro de Proença	FUNDAÇÃO FAFIPA



Anexo II – Fotos da Reunião com o Comitê Executivo do PMSB em 09/09/2021







**Anexo III - Lista de Presença da Capacitação realizada dia 16/09/2021**



**LISTA DE PRESENÇA**

**Capacitação do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranaí /PR**

Data: 16 de Setembro de 2021

Local: Casa da Cultura

Horário: 08:30 horas

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA
Taulla Sanchez	PMP - gabinete	[Assinatura]
Débora A. D. Relanski	Vigilância em Saúde	[Assinatura]
MIGENA AP - PETRAS DA SILVA	CONSORCIO CIA	[Assinatura]
Graciele H. Fiedler Grotto	VISA	[Assinatura]
Marcels milon	SEMAM	[Assinatura]
Sueli micks mianto	SEMAM	[Assinatura]
Herzley Ubaldo	SANEPAR	[Assinatura]
[Assinatura]	[Assinatura]	[Assinatura]
THIAGO VASCONCELOS	SANEPAR	[Assinatura]
DALLAN ALTS	SE DUC	[Assinatura]
Silvia Sasaki	CODER.	[Assinatura]
Jônia Mataruco	meio Ambiente	[Assinatura]
Felício Yoyulama	SEINFRA	[Assinatura]
Itamar Sotelo de S	FUNDAÇÃO FAFIPA	[Assinatura]
Belia Regina Januc	FUNDAÇÃO FAFIPA.	[Assinatura]
Barbara B. Teixeira	Fundação	[Assinatura]
Deborah Bernoules de Paiva	Fundação fafipa	[Assinatura]



### Anexo IV - Fotos da Capacitação realizada dia 16/09/2021







**Anexo V - Lista de Presença da Reunião com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em 27/09/2021 – Evento Setorial**

**LISTA DE PRESENÇA**

**ASSUNTO:** Reunião com Agentes Comunitários de Saúde  
**Data:** 27/09/2021 **Turno:** manhã

#	Nome completo	CPF	Assinatura
1	Edna de Lilio Barros		Edna
2	Simone de Lima Mattos		Simone
3	Sercio F. Nogueira		
4	Marcos Gomes Medeiros		
5	Juliana Toledo Klem		Juliana
6	Silvany T. Santos		Silvany
7	Andréia V. da Silva	VISA	Andréia
8	Dibora A. D. Rolanski	VISA	Dibora
9	Paula T. F. Sanchez	032.792.0273	Paula
10	Carolina Gonçalves Cruz	UBS município	Carolina
11	Adila Mara dos Santos	051.554.679.85	Adila
12	Maria Célia Táviani Aguiar	827.703.891.68	Maria Célia
13	Maria do Carmo Fátima Machado	023.270.462.47	Maria do Carmo
14	Thales Oliveira	220.631.632.0	Thales
15	Caroline R. Tuzini	4299530-5	Caroline
16	Humar Sales de Sá	09327482997	Humar Sales de Sá
17	Thiago Nunes Duarte		Thiago
18	Carolina de Jesus Meire	036.095.159-61	Carolina
19	Wenderson de Souza Yara	038.264.867.27	Wenderson
20	Poliana G. S. S.	041.770.257.38	Poliana
21	Luciene Paula dos Santos Prata	047.299.309.28	Luciene
22	Vanessa Lapala Vasconcelos de Almeida	101.125.189-23	Vanessa
23	Thales	05074767742	Thales
24	Marcos Antonio Vieira	019.197.069.76	Marcos
25	Georges F. de Paula	038.851.282-91	Georges
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			



**ANEXO VI – Lista de Presença da Audiência Pública em 05/10/2021**



**PMSB - PARANAÍ/PR** |

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PARANAÍ/PR**

**ATA DE REUNIÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
 RESPONSÁVEL: FUNDAÇÃO FAFIPA, COMITÊS EXECUTIVO E DE COORDENAÇÃO

**Tema da reunião**

Discussão com comunidade sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

Foto 01 Equipe da Fundação Fafipa, Vereadores e membros dos Comitês;

Foto 02 Comunidade presente;



Créditos: Fundação Fafipa

**Nº. de participantes:** 30

**Data:** 05/10/2021

**Horário:** 19:00h

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores

**Objetivo:**

Apresentar a comunidade e discutir sobre:

- Plano de Trabalho
- Metodologia de trabalho
- Principais Problemas do Saneamento Básico

**Metodologia:**

A equipe de consultoria apresentou sobre o desenvolvimento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

**Material de apoio:**

- Recursos de audiovisual em PowerPoint
- Transmissão ao vivo pelas redes sociais e canal do Youtube da Prefeitura de Paranaí.

**Descrição:**

Foi realizada abertura da Audiência Pública pela Coordenadora do Comitê Executivo, sendo na sequência apresentada a equipe da consultoria. Após a equipe da Fundação Fafipa explicou o que é o saneamento básico e seus quatro eixos, sendo drenagem urbana, resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Foi explicado como serão os trabalhos do PMSB. Ocorreu a troca de





informação entre os participantes sobre a realidade do município e as atuais necessidades. Sendo apontados os seguintes gargalos:

- Vila Rural Santa Mônica possui poço artesiano e foças nas residências, o que gera risco de contaminação do lençol freático.
- Jardim Ouro Branco, Rua Antônio Felipe esquina com a Rua Lapa, alagamento recorrentes que destroem calçadas.
- Falta da rede de esgoto em vários pontos da cidade, sendo que nesses locais são utilizadas fossas.
- Buracão da Vila Operária.
- Parque Industrial não possui drenagem e rede de esgoto.
- Necessidade de proteção aos cursos d'água.
- Fundos de vale como depósito de resíduos devido o descarte irregular da população.
- Bolsões de resíduo em vários pontos das áreas urbana e rural devido ao descarte irregular.
- Estação de Esgoto do Condomínio Bougainville.
- Utilização de poços artesanais sem autorização e controle, ou seja, consumo de águas subterrâneas sem acompanhamento.
- Crescimento industrial na região da nova Agroceres Pic.

**Equipe Técnica Municipal presente na Reunião:**

- Paula Sanches
- Marcio Assakawa
- Fábio Yoneyama

**Equipe da Consultoria responsável pela reunião:**

- Débora Fernandes de Paiva
- Larissa Rodrigues Turini
- Ana Maria Domingos Amâncio
- Itamar Sateles de Sá
- Thiago Neves Duarte
- Renan Gonçalves da Silva
- Italo Oikawa
- Natan de Oliveira Hermínio da Silva

Paranaí, 05 de Outubro de 2021.

Débora Fernandes de Paiva  
Coordenação do PMSB de Paranaí

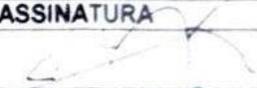



**Anexo VII – Lista de Presença da Audiência Pública em 05/10/2021**
**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranaíba /PR**

Data: 05 de Outubro de 2021

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
GABRIEL BACHO	OUVIDORIA	354501029-91	99965-3539	
Cida Gonçalves	CÂMARA	642683739-34	998975367	
Luís Paulo M. Horta	CÂMARA	079.258.989-09	98453-0603	
Delia R. Pame	ouvidoria	929 952 179-45	(11) 99943 8032	
Jose E. Gusmano	Câmara Municipal	648 032 579 49	-9994 2222	
Georgio F. de Paiva	Fundação Fafipa	323 351 282-91	988383191	

**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí /PR**

Data: 05 de Outubro de 2021

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Stamen Sotelo de Sá	Fundação FAFIPA	093.874.889-97	(44)99123-3878	Stamen Sotelo de Sá
Italo Okawa	FUNDACÃO FAFIPA	220.631.638-20	44.997564497	Italo Okawa
Caroline R Turini	Fundação FAFIPA	9299.503-8	65-99932968	Caroline
Sandro dos Santos				
Sandro Marino Almed	Vila Rural Graças	114.114.378-02	991659770	Sandro
Luís Scheriff	''''		991462812	Luís
Ana Maria Domingos	Fundação Safira	039.041.449-28	(44)99846-4269	Ana Maria
Paulo Semich	Prefeitura M. Paran	032.792.029-73	991413135	Paulo
Anderson Alex Feneiro	Vila Rural ST Maria	068.317.859.80	9720.02.84	Anderson
Leandro Tin dos Santos	Vila Rural ST Maria	05527776925	997653739	Leandro
Andreas da Cruz	Vila Rural S Maria	056.923.669.08	9726.70.10	Andreas
Thiago van Duarte	Paranavaí	098.405.749.51	(44)997711640	Thiago



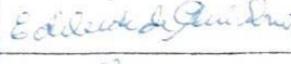
PARANAÍ - PR

**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí /PR**

Data: 05 de Outubro de 2021

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
MARCO ASSAIAWA	PREF.	553.781.109-04	99858-0945	
Waldemar Teixeira		03095877943	999496082	
AMARILDO GERALDO COSTA	VEREADOR	65802149934	98435-5596	
Adriano Corroches	MPPR	835.898.569-09	94989-8098	
Formoso Kuzi Cor	CIVIL	072.557.029-03		
Fabio Yonayama	PREFEITURA	650.843.579-53	99929-4532	
Heleney Uppido	SANEPAE	039.571.249-13	999111938	
Chel de J. L.	Sanypen	005.412.279-12	44999938625	
THIAGO V. FERREIRAS SANTO	SANEPAE	043.133.019-09	44991534431	
Raul Barbosa	Vila Rural	053.637.989-23	4499301-7117	
Edileide de C. Mendes	individual	826.427.709-82	4499755695	Edileide de C. Mendes
Vilson Lourenço	Vila Rural	020066369-06	44999894354	



Anexo VIII – Fotos da Audiência Pública em 05/10/2021




**Anexo IX – Lista de Presença da Apresentação do Diagnóstico em 07/12/2021**

**LISTA DE PRESENÇA**
**Apresentação Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranaí /PR**

Data: 07 de Dezembro de 2021

Local: Casa da Cultura

Horário: 08:30 horas

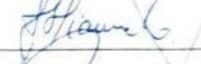
NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Laurence M <sup>te</sup> Machado Oliveira	SEDUR	007.528.299-20	99823.6957	
Suranda B. Scarpiani	SEDUR	036.152.019-06	99169.4141	
Elton de S. Pereira	Transpar	00541227912	44999938625	
THIAGO JARONCELOS VEDNANDES FATO	SANEPAZ	043.133.019-09	44 999732487	
MARIANA AP <sup>te</sup> PETRAS DA SILVA	CONSORCIO OCA	074.423.999-25	(44) 99941-2945	


**LISTA DE PRESENÇA**
**Apresentação Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paraná / PR**

Data: 07 de Dezembro de 2021

Local: Casa da Cultura

Horário: 08:30 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Paula Sanchez	Prefeitura	032.792.029-73	44951413135	
Sueli m. miamoto	Secretaria meio ambiente	581.272.679-53	99147-7629	
Herley Ubaldo	SANEPAR	039.571.249-13	99911-1938	
PEARO BARALDI	Prefeitura	643.664.009-44	99904.2070	
Deborah Fernandes de Paula	Fundação Fafipa	928751282-91	988383191	
Edson R. Turine	Fundação Fafipa	65.99932.8630	071917779.07	
Joaquim Maria J. Inocencio	Fundação Fafipa	039.041.449-28	(44) 99846-4269	
Fabio Koneyama	SEI/PR	650.843.579-53	44 99929-4532	
Thamara Sabina de Sá	Fundação FAFIPA	093.274.889-97	(44) 99122-3848	
Italo Oikawa	Fundação FAFIPA	220.631.658-20	44 997564497	
Shiogo Neves Eluante	Fundação Fafipa	098.705.799-57	(44) 997711640	



### Anexo X – Fotos da Apresentação do Diagnóstico em 07/12/2021



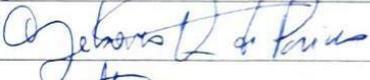
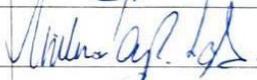
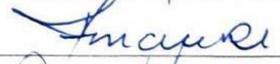


**Anexo XI - Lista de Presença da Reunião com os Comitês do PMSB em 17/02/2022**



**LISTA DE PRESENÇA**

Reunião Comitês Executivo e de Coordenação do PMSB – Paranaí  
 Data: 17 de Fevereiro de 2022  
 Local: Casa da Cultura  
 Horário: 09:00 horas

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Paula Sanchez	Prefeitura	991413135	
Barbosa R. Turini	FAFIPA	65 999308630	
Italo Okawa	FAFIPA	44 997564497	
Deborah F. de Paula	Folipas	44 988383191	
THIAGO VASCONCELOS	SARREPLAN	44 999232497	
MILENA AP. PETRIS DA SILVA	CIOA	44 99941-2945	
Cléber de Figueiredo Souza	Sanypsan	44 999938625	
SUELI MIEKO MIAMOTO	SEMAM	44 99147-7629	
Luzanda Ranziani	SEOUR	991694141	
Deborah A. Duark Rolanski	VISA	991284764	
Amareli S. Vieiras	SEOUR		
Graciele F. Fiedler	VISA	991353875	



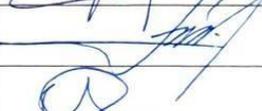
**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião Comitês Executivo e de Coordenação do PMSB – Paranaí**

Data: 17 de Fevereiro de 2022

Local: Casa da Cultura

Horário: 09:00 horas

NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Laurine M. M. Oliveira	SEDUR	99823.6957	
Karina Brogo	Seagri	999332508	Karina B.
Rafael Marques	CREA	991660949	
Fabio Yonefima	SEMPRA	99929-4532	
Alia Regine Ranuci	Pacto Ambiental	99943 8037	
Thiago Marques Augusto	Pacto Ambiental	(44)997711640	Thiago



Anexo XII - Fotos da Reunião com os Comitês do PMSB em 17/02/2022




**Anexo XIII – Lista de Presença da Audiência Pública de 05/04/2022**

**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí /PR**

Data: 05 de Abril de 2022

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

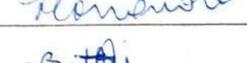
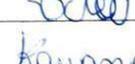
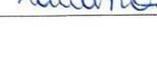
NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Stompa Sathien de Sá	Fundação FAFIPA	093.274.889-97	(41) 99120-3778	Stompa Sathien de Sá
Raíne Suixiro de Souza	População			Raíne S. de Souza
Regina Perotta	Cidadã	144016768.07	44 997754951	Regina Perotta
Marcelo F. Juliano	VISA - Indústria	Id. 565419-26		Marcelo F. Juliano
MURILLO F. RIZATO	Sec Meio Ambiente	067.071.959-56	44 99994-8809	Murillo F. Rizzato
Fabio Konoyama	SEINFRA	650.843.579-53	4499929 4532	Fabio Konoyama
Lucy Monteleone	FATECIE	114.123.599-45	44 999136329	Lucy Monteleone
JUAN R. MOREIRA	AC FATECIE	023.575.049-27	41-99931-0000	Juan R. Moreira
Augusto José Romanides	FATECIE	094630429-60	44-987027230	Augusto José Romanides
Cláudio de J. Silva	Sanepar	06541227912	44-999938625	Cláudio de J. Silva
THIAGO VASCONCELOS F. GATO	SANEPAL	043133019 09	991534431	Thiago Vasconcelos F. Gato
Marcos A. Marvoni	UNIFATECIE	108009549-71	(44) 99748-8179	Marcos A. Marvoni


**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí / PR**

Data: 05 de Abril de 2022

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Adelia R. Paruca	Facto Ambiental	929.952.179-19	(41) 99943.8037	
Thiago Neves Duarte	Facto Ambiental	098.705.799-57	(41) 997711640	
Vanessa Perim	Unifatecie	126.548.889-40	(41) 99714-9650	
Lucas Vicente d. Gonçalves	Unifatecie	098.057.979-20	(41) 991144443	
Debas F. de Paula	Fundação Felipe	528951282-91	988383191	
Ferreyra Ubaldo	SANEPAR	039.571.249-13	999111938	
Luizanda B. Zanjari	SEMUR	036.152.019.06	41 991694141	
JUAN RAMOS BERNARDI	CSP CONLUAS	748978379-87	(41) 99732-6982	
Guilherme A. Klausner	Unifatecie	503.365.359-33	(41) 99836-3332	
Leonardo Ferraz Bortez	UNIFATECIE	119.437.799-86	(41) 99125.4150	
BEATRIZ G. G. TELLES	UNIFATECIE	113.428.219-20	(41) 999546744	
Kauana C. Louli	Unifatecie	103.634.419-30	(41) 999861069	


**LISTA DE PRESENÇA**
**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí /PR**

Data: 05 de Abril de 2022

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
João Vitor		103531169-011	998052139	João Vitor
Raony L. M. de Sousa		10517449978	99814-6731	Raony L. M. de Sousa
Bernardo P. M.		10247299901	998980806	Bernardo P. M.
FABRÍCIO TOMÉ		10993654980		
Leovane Gomes		10847420981	99863-2947	
Amara Junior.		11773358910	997083539	
Leonardo J. Lamargo		107.922.719-98	99877-	Leonardo
Marcelo A. Junqueira		044.295.059-42	99980-1441	Marcelo
Open Tomé		075.670.649-10	9988318881	
Letícia B. B. Noll		028.611.859.96	991414342	
NILO RAMOS		157256694-91	9984390474	Nilô Ramos
Helio Okawa	Fundação Fafipa			Helio



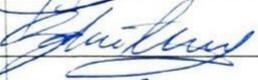
**LISTA DE PRESENÇA**

**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranavaí /PR**

Data: 05 de Abril de 2022

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Leon Cardoso		096.946.43988	9 99654486	
Venúcio dos Santos		06847689927	9 91139756	
Leonardo Douglas		070.396.949.80	99942-8530	
Michel Mazzoni		701448658-07	(18)981717115	
Roberto		01353793931	998496168	
Enzo		409234918-13	998806735	
Roberto Azedo	MPR 42ª	B72192-2 (RG)	3266-3166	



**LISTA DE PRESENÇA**

**Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico – Paranaí /PR**

Data: 05 de Abril de 2022

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Horário: 19 horas

NOME	ENTIDADE	CPF	TELEFONE	ASSINATURA
Lidia Rodrigues S.	movimento com idad.	038429669-28	998254359	
Oliver R. Oliveira	ASA FIL	238725191-15	99761317	
Washington AP. P. PGM		0772820680	4999138-9595	
Jaqueline Assunção Cereto	FATECER	294.134579-03	44.99942-0080	





**Anexo XIV – Ata da Audiência Pública do dia 05/04/2022**

**ATA DE REUNIÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

RESPONSÁVEL: FUNDAÇÃO FAFIPA, COMITÊS EXECUTIVO E DE COORDENAÇÃO

**Tema da reunião**

Entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB



Foto 01 Equipe da Fundação Fafipa, Vereadores e membros dos Comitês, PMSB sendo entregue;

Foto 02 Comunidade presente;

Créditos: Fundação Fafipa

**Nº. de participantes: 49**

**Data:** 05/04/2022

**Horário:** 19:00h

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores

**Objetivo:**

Entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, sendo realizada a apresentação dos resultados obtidos.

**Metodologia:**

Entrega da versão impressa do PMSB e a equipe de consultoria apresentou os resultados da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

**Material de apoio:**

- Recursos de audiovisual em PowerPoint
- Transmissão ao vivo pelas redes sociais e canal do Youtube da Câmara Municipal de Paranavaí.

**Descrição:**

A Audiência Pública foi iniciada através da fala de abertura do Vice – prefeito Pedro Baraldi, que cumprimentou a todos e falou sobre a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Na sequência convidou o Diretor da Fundação Fafipa Valdir Cipriano de Oliveira, que apresentou os trabalhos desenvolvidos pela Fundação e realizou a entrega da versão final do PMSB para o Município e vereadores presentes. Após a equipe técnica responsável pela elaboração do PMSB realizou a



apresentação dos resultados obtidos e as propostas a serem implementadas a partir do planejamento elaborado pelo PMSB. Na sequência foi dada a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Murilo Pitta Rissato, para apresentação do projeto de implantação e localização dos Ecopontos do Município de Paranaíba. Encerradas as apresentações, foi aberto espaço para questionamento para os presentes.

O Promotor de Justiça, Robertson, cumprimentou a todos os presentes e realizou alguns questionamentos, sendo: sobre a real necessidade de criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, tendo em vista existência de outros e conselhos como o de Meio Ambiente e a dificuldade de participação da comunidade; Indagou sobre a quantidade de poços artesianos, empresas que possuem e como isto está relacionado a produção e cobrança do esgoto, informando que existe no Ministério Público um procedimento que trata do tema; Mencionou que não observou menção ao novo ponto de captação de água; Observou a necessidade de trabalhos de educação ambiental sobre resíduos sólidos e consumo de água; Sobre os ecopontos questionou se os 4 (quatro) projetos serão capazes de suprir os descartes irregulares e como será realizado do fechamento do “Buracão”; Recomendou que o município repita a experiência das audiências públicas em outros temas e oportunidades.

Um morador do município que não mencionou seu nome, colocou que observa nas discussões dos ecopontos que, estes são um meio e não um fim. Então questiona o destino final dos resíduos depositados nos ecopontos.

A representante da Fundação Fafipa, Débora, esclareceu que a elaboração do PMSB segue o termo de referência da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e as legislações, sendo a implantação do Conselho Municipal de Saneamento Básico uma demanda obrigatória, que é visível a dificuldade de reunir a comunidade nos conselhos, mas é necessário; Sobre o questionamento dos poços artesianos, informou que a equipe do PMSB solicitou ao Instituto Água e Terra – IAT as outorgas existentes no município, e que foi possível verificar que falta fiscalização quanto a perfuração de poços irregulares; Referente a nova captação de água, informou que o PMSB discute essa necessidade, entretanto, não define o local onde será a captação; Sobre educação ambiental esclareceu que o plano aponta a demanda de educação ambiental em todos os eixos do saneamento básico; E enfatizou que a impossibilidade de apresentação com mais detalhes devido a extensão do documento.

O representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Murilo, informou que acredita que os projetos de ecopontos devem suprir a necessidade de disposição dos resíduos, mas que na atualidade, o município não consegue quantificar o que é destinado ao “Buracão”; E que se necessário, é possível criar outros pontos de recebimento pela cidade; Sobre os grandes geradores, esclareceu que o município tem dado suporte e orientação para organização dessas empresas na destinação dos resíduos.

O membro da equipe técnica, Renan, comentou que não foi determinado o novo ponto de captação de água, devido a necessidade do amplo debate do tema com a comunidade, pois existem impactos sociais, econômicos e ambientais que devem ser avaliados na criação de uma nova Área de Proteção Ambiental – APA.

A cidadã, Regina, apontou que não conhecia a elaboração do PMSB e qual a relação do estudo com a localização do ecopontos que vem sendo questionados pela comunidade; Indagou se o Plano de



Saneamento realizará a definição do novo prestador de serviços de saneamento básico; Ficou com dúvidas sobre a projeção financeira apresentado pelo PMSB; Diz não observar publicidade nas ações do município e que neste plano não teve conhecimento das outras atividades, mesmo sendo uma pessoa ativa na comunidade; Perguntou porque o município não implanta um projeto de ecoponto como o de Castro, pois o mesmo foi referência para o projetos atuais.

Débora esclareceu que o PMSB segue diretrizes legais, e que todas foram cumpridas, sendo o estudo realizado com base de levantamentos de campo da realidade local, e que com a implantação do PMSB será necessário que o município realize o monitoramento das ações utilizando os indicadores apresentados no plano, para uma avaliação dos resultados. Ressaltou que mesmo o planejamento sendo para 20 (vinte) anos, é prevista a atualização do PMSB a cada 4 (quatro) anos, de acordo com a realidade do município; Saliu que não é papel do Plano de Saneamento e nem da equipe técnica a responsabilidade de definir um prestador de serviços de saneamento, na verdade, o plano fornece subsídios para que o município faça essa avaliação e definição; Apontou que as audiências públicas do PMSB tiveram ampla divulgação nos veículos de comunicação e redes sociais, sendo transmitidas online para garantir a maior participação.

O economista da equipe técnica, Italo, apontou que as projeções apresentadas seguiram valores atuais de mercado, sendo que os valores podem alterar de acordo com as variações da economia, sendo isso uma limitação para a atuação dos economistas que atuam com projeções.

Murilo, concordou com o apresentado pelo Italo, informando que muitas obras passam por essa situação de preços inflarem. Que o projeto de ecopontos de Paranaíba possui menor custos por não possui obras civis, como o projeto de Castro; Informou que todos os pontos de descarte possuirão um funcionário que irá acompanhar o que a população está levando para descarte, e só será autorizado o depósito do resíduo se a separação estiver correta; Sobre os grandes geradores, lembrou que ocorre a fiscalização e cobrança da elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e a apresentação dos certificados de destinação final.

O procurador do município, Washington, parabenizou a Fundação Fafipa e a representante do município, Paula Sanches, pelo tempo recorde de realização do trabalho e a qualidade do mesmo; Questionou se a política tarifária atual é capaz de suprir as demandas financeiras projetadas pelo PMSB; Frisou que é verdadeira a importância da realização de audiências públicas, como esta que foi realizada, entretanto, existem situações que a legislação dispensa;

O economista Italo, explicou que para as estimativas de receitas, observou o que ocorreu no faturamento do passado, e que foi possível observar uma média de reajuste anual de 12%. Para as projeções do PMSB, utilizou uma política de reajuste tarifário mais modesta de 6% ao ano, e que considerando as receitas recorrentes seria possível a manutenção dos serviços e buscar novos investimentos.

Finalizado os questionamentos, Débora, comentou que espera ter atendido todas as questões levantadas e em nome da Fundação Fafipa agradeceu a presença de todos e a possibilidade de participação e realização desse trabalho.

Paula Sanches, que coordenou os trabalhos pelo município, comentou que esta audiência foi uma aula de saneamento básico; Agradeceu a presença de todos e dos alunos da Fatecie; Comentou sobre a



importância do PMSB virar lei municipal e passou a palavras aos vereadores para encerramento.

O vereadores, Josival, Luis Paulo e Cida, tomaram a palavra e nas falas foram comentados sobre a casa que estava cheia e que em outras audiências públicas isso não ocorreu; Sobre a relevância do tema saneamento e necessidade de atendimento de toda a população pela rede esgoto.

Após, a audiência pública foi encerrada.

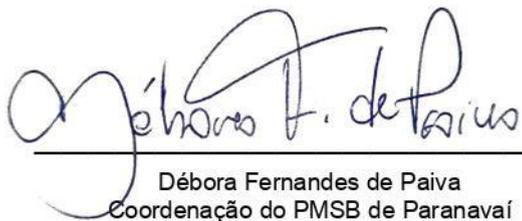
**Equipe Técnica Municipal presente na Reunião:**

- Pedro Baraldi – Vice Prefeito
- Paula Sanches
- Marcio Assakawa
- Fábio Yoneyama
- Murilo Pitta Rissato
- Fernanda Lima Lanziani
- Graciele Hermesdorff Hedler Gioto

**Equipe da Consultoria responsável pela reunião:**

- Valdir Cipriano de Oliveira – Diretor Fundação Fafipa
- Mariana Nitatori Mazaro
- Débora Fernandes de Paiva
- Itamar Sateles de Sá
- Thiago Neves Duarte
- Renan Gonçalves da Silva
- Italo Oikawa

Paranavaí, 05 de Abril de 2022.

  
Débora Fernandes de Paiva  
Coordenação do PMSB de Paranavaí



Anexo XV - Fotos da Audiência Pública em 05/04/2022

